

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE EM MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Márcio Nuno Rabat

Consultor Legislativo da Área XIX Ciência Política,
Sociologia Política, História, Relações Internacionais

ESTUDO

AGOSTO/2002



Câmara dos Deputados
Praça dos 3 Poderes
Consultoria Legislativa
Anexo III - Térreo
Brasília - DF

ÍNDICE

| | |
|--|---|
| INTRODUÇÃO..... | 3 |
| O BRASIL..... | 4 |
| 1. A JUVENTUDE, A ABOLIÇÃO E A REPÚBLICA..... | 5 |
| 2. O TENENTISMO..... | 6 |
| 3. DA FUNDAÇÃO DA UNE À LUTA ARMADA NA DÉCADA DE 60..... | 7 |

© 2002 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados o(s) autor(es) e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE EM MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Márcio Nuno Rabat

INTRODUÇÃO.

A análise da participação ou não-participação da juventude em movimentos sociais apresenta inúmeras nuances, a exigir a colaboração de diversas áreas do conhecimento, da psicologia à sociologia e à história, até da biologia. Este trabalho não tem escopo tão abrangente, dedicando-se prioritariamente a indicar (e tecer algumas considerações sobre) alguns momentos da história brasileira em que a intervenção sócio-política dos jovens se fez sentir de maneira significativa e com conseqüências duradouras. Antes, porém, faz-se necessário um enquadramento mínimo da questão.

Parte importante da análise de qualquer movimento social consiste na identificação das categorias de pessoas que por ele se interessam e nele intervêm. As categorias mais díspares se mobilizam pelos mais diversos motivos. Algumas motivações têm caráter mais geral, como o interesse nacional ou mesmo interesses transnacionais, outras são mais específicas, como o interesse de etnias minoritárias ou mesmo dos moradores de determinado bairro ou região¹.

A categoria “juventude” apresenta uma especificidade. Talvez, de todos os grupos mobilizáveis, seja aquele identificado pela característica (a idade) mais transitória. As pessoas são de determinado gênero ou etnia virtualmente por toda a vida. Muito dificilmente mudam de classe ou de nacionalidade. Mesmo o local de moradia pode permanecer estável, para grandes grupos humanos, por longo tempo. Mas a juventude tem prazo inexorável e relativamente curto para acabar.

É claro que sempre há jovens em qualquer sociedade minimamente equilibrada. Mas os indivíduos que compõem a categoria “juventude” estão sempre mudando. Isto traz algumas questões para a análise. Uma: a transitoriedade da situação tem influência sobre o tipo de questão que mobiliza os jovens? Outra: há interesses específicos da juventude? Terceira: o que acontece

com os jovens que se inserem em movimentos sociais juvenis quando chegam à idade adulta? E muitas outras questões desse tipo podem ser levantadas.

Algumas respostas podem ser dadas pelo mero recurso ao senso comum. É perceptível que os jovens mostram-se particularmente abertos à mobilização social e política, tanto em nome de interesses próprios da juventude (ou de categorias específicas em que são maioria²), como em nome de interesses mais gerais. Essa particular aptidão resulta de um acúmulo de fatores sociológicos (e até biológicos), entre os quais avulta a situação de relativa distância em relação às hierarquias sociais que se criam na família, no emprego, etc.

Ademais, os jovens encontram-se, por definição, em momento de transição na vida pessoal, portanto, abertos a várias alternativas. Talvez por isso a observação da história indique que os movimentos de ruptura em relação a estruturas sociais que começam a mostrar-se incompatíveis com novas condições de vida e de convivência atraem particularmente a participação juvenil. Nesses momentos, os jovens costumam tomar parte da ação, situando-se, muitas vezes, à frente dela.

Por outro lado, é igualmente perceptível que os jovens que participam mais ativamente dos movimentos sociais acabam com frequência por ocupar posições de relevo na sociedade renovada que por vezes resulta desses movimentos. São assim absorvidos nas hierarquias sociais, ainda que distintas das anteriores. Outras vezes, os movimentos nem chegam a alcançar a realização de mudanças sociais de monta, mas os jovens que deles participam são, ainda assim, absorvidos pelas próprias hierarquias sociais contra as quais lutaram.

Essa última consideração chama a atenção para um aspecto muito importante da participação político-social da juventude. É que os momentos de maior participação são também momentos privilegiados de formação de quadros para a vida futura da sociedade. Não há apenas uma tendência da juventude para a ação social; há também como que um chamado da própria sociedade para que os jovens se mostrem dispostos à intervenção, porque é assim que ela renova seus quadros dirigentes.

Em geral, as forças sociais e políticas, consolidadas ou em formação, se dão conta da existência dessa fonte de energia passível de se manifestar em diferentes direções – e por ela combatem. Não é por acaso que os movimentos de idéias e de interesses modernos normalmente se organizam também para o convencimento e arregimentação dos jovens. Surgem assim as “juventudes” cristã, comunista, integralista, social-democrata, trabalhista, etc³.

Tendo em conta esses parâmetros de análise, passo à avaliação concreta da participação de jovens em movimentos sociais brasileiros.

O BRASIL.

A história brasileira conheceu uma aceleração a partir dos processos sociais que culminaram na Abolição da escravatura e na implantação da República. Com algum atraso, o Brasil tomou seu caminho para tornar-se uma sociedade capitalista moderna. Eventualmente, o próprio atraso no período colonial levou à aceleração posterior. O certo é que as rupturas políticas, econômicas e sociais se tornaram recorrentes – e nelas a mobilização dos jovens teve papel preponderante.

Um ponto a ressaltar é que a disposição juvenil para o progresso ultrapassou a dimensão do fato; tornou-se uma força simbólica importante no processo social brasileiro. A juventude, como fator de mudança e de aceleração da história, foi constantemente invocada em nossa história.

Um bom exemplo se encontra no poema O Século (de 1865) com que começa o livro (póstumo) Os Escravos, de Antônio de Castro Alves, que assim se refere à mocidade:

E vós, arcas do futuro,
Crisálidas do porvir,
Quando vosso braço ousado
Legislações construir,
Levantai um templo novo,
Porém não que esmague o povo,
Mas lhe seja pedestal ...

1. A JUVENTUDE, A ABOLIÇÃO E A REPÚBLICA.

O abolicionismo constitui, aliás, excelente caso para introduzir o tema da mobilização social dos jovens em momentos relevantes da nossa história. Basta lembrar que o grande poeta do movimento, justamente Castro Alves, morreu com 24 anos, em 1871. A longa preponderância que sua poesia conheceu na história posterior da literatura brasileira se deveu, certamente, à excelência literária e ao impacto do movimento abolicionista sobre a nossa sociedade. No entanto, algo dessa preeminência decorreu também da inserção do autor entre os jovens que compuseram com ele a mesma geração de universitários, nas primeiras faculdades brasileiras⁴.

Alguns dos abolicionistas mais conhecidos, como Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, foram colegas de Castro Alves. Os jovens da elite brasileira de seu tempo transitavam entre as Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo, às quais logo se juntaram as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Estes centros propiciavam o contato de jovens de diversas regiões do Brasil, dando-lhes condições de empreender ações conjuntas. Trata-se de um fato a merecer aprofundamento.

Os movimentos sociais tendem a ganhar força e importância se conseguem articular grande número de pessoas por um vasto território. Ou seja, não dependem apenas de boa vontade e audácia, mas também de condições objetivas que propiciem a organização. No Brasil imperial⁵, em que as articulações político-sociais eram particularmente dificultadas pelas distâncias e pelo relativo isolamento entre as várias regiões do país, a participação minimamente organizada e efetiva de jovens nas decisões nacionais dependiam de algum apoio institucional. Esse apoio veio muitas vezes pela inserção no meio universitário ou no meio militar.

Já me referi, de passagem, à participação da juventude universitária nas campanhas abolicionista e republicana⁶. Falta referir a importância da juventude militar neste período; aliás, um período em que os jovens universitários e militares atuavam com frequência de maneira integrada.

Era intensa a vida intelectual na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, para onde acorriam jovens de todo o Brasil. Dois episódios ilustram o tipo de motivação que entre os jovens militares de expressava. Em 1888, o cadete Euclides da Cunha, futuro autor de Os Sertões, grande clássico de nossas letras, em função de ato de propaganda republicana, atira o sabre ao chão na presença do Ministro da Guerra, correndo o risco de condenação à pena máxima. Em 1893, já proclamada a República, os “batalhões escolares”, formados de cadetes e universitários, agem contra a Revolta da Armada, de tendência monarquista.

Na história posterior, as organizações militares e de ensino voltarão a ter papel importante, como base para a articulação de grande número de jovens, de todo o Brasil, em movimentos sociais relevantes. É o que será desenvolvido a seguir, com umas breves considerações sobre o tenentismo e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

2. O TENENTISMO.

Em 1916, eram colegas, na Escola Militar do Realengo, Eduardo Gomes, Luiz Carlos Prestes, Juarez Távora, Antônio de Siqueira Campos e Osvaldo Cordeiro de Farias. Todos com menos de vinte anos. Este encontro fortuito de jovens vindos de várias partes do país permite chamar a atenção para certas características do que tem sido a relação entre juventude e movimentos sociais no Brasil.

A década de 20 deste século foi marcada pela tomada de consciência de uma crescente classe média urbana prisioneira de estrutura social em que os postos de comando estavam monopolizados pelas elites (principalmente agrárias) e seus representantes políticos. Trata-se de um daqueles contextos em que a sociedade enfrenta dilemas que precisa resolver para não estagnar. Jovens como os citados colegas da Escola Militar encabeçaram o enfrentamento.

Vários fatores colaboravam para que eles assumissem a tarefa. Eram jovens – e como tais não se sentiam ligados à estrutura antiga. Sentiam-se impelidos a criar um mundo novo, um mundo em que houvesse um lugar melhor para eles e para tantos outros como eles. Ademais, dispunham de mecanismos de articulação política e de ação pelo simples fato de fazerem parte de uma organização nacionalmente implantada como o Exército. Por fim, o momento histórico realmente exigia intervenção.

Em 5 de julho de 1922, vem o levante contra os governos oligárquicos da Primeira República. No episódio mais significativo, já decidida a situação a favor do governo, alguns jovens militares partem do Forte de Copacabana para o palácio do Catete, então sede de governo, no Rio de Janeiro, em manobra quase suicida, de que resulta a morte de vários. Entre os sobreviventes estão Eduardo Gomes e Siqueira Campos. Juarez Távora e Cordeiro de Farias não estavam no Forte, mas participaram do levante.

O movimento tenentista continua. Em 5 de julho de 1924, outro levante de grandes proporções, centrado em São Paulo, sob a Chefia de Miguel Costa. Mais uma vez os antigos colegas da Escola Militar estavam na linha de frente da ação. Juarez Távora e Siqueira Campos, por exemplo, ajudaram a impulsionar o levante no Rio Grande do Sul, de onde partiria a marcha militar que aglutinaria vários dos representantes de maior vulto do tenentismo⁷. Era a Coluna Prestes.

A marcha da Coluna pelo território nacional, que terminou sem derrota, constituiu momento decisivo da nossa história. Dela saíram lideranças que marcaram o século e ajudaram a dar-lhe uma feição nova. Luiz Carlos Prestes, o líder da Coluna, aderiu ao comunismo e foi, durante década, secretário-geral do Partido Comunista do Brasil⁸. Nunca deixou de ser uma referência de heroísmo para o nosso povo. Siqueira Campos morreu em 1930 e se tornou o mártir do tenentismo. Os outros três antigos colegas da Escola Militar participaram, na linha de frente, da Revolução de 1930, que, de certa forma, resolveu os impasses da década de 20.

Cordeiro de Farias foi chefe da polícia de São Paulo em 1931, interventor no Rio Grande do Sul em 1938, mais jovem general do Exército brasileiro em 1942, governador de Pernambuco em 1955, marechal em 1965 e ministro do governo Castelo Branco. Juarez Távora liderou a Revolução de 30 no Norte e Nordeste⁹, foi ministro da Agricultura em 1932, comandou a Escola Superior de Guerra em 1952, foi chefe do gabinete militar da presidência da República em 1954, candidato a presidente em 1955, deputado federal em 1953 e ministro da Viação e Obras Públicas em 1964. Eduardo Gomes tornou-se brigadeiro do ar em 1941, foi duas vezes candidato da União Democrática Nacional (UDN) à presidência da República, ministro da Aeronáutica nos governos Café Filho e Carlos Luz (1954) e Castelo Branco (1965)¹⁰.

3. DA FUNDAÇÃO DA UNE À LUTA ARMADA NA DÉCADA DE 60.

Os últimos anos da década de 30¹¹ assistiram a um imenso avanço do movimento estudantil: a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), uma das nossas primeiras organizações de representação de grupos de dimensão nacional. A análise do percurso dessa instituição é reveladora das peculiaridades da relação dos jovens com os movimentos sociais.

Em primeiro lugar, tal análise mostra a importância da dimensão organizativa para o movimento social. Se a criação de instituições de ensino de maior porte já fora importante, pois criara uma base institucional para o encontro entre jovens de todo o país, a criação de uma organização que consolidava um canal permanente de contato entre os estudantes das várias instituições de ensino do país veio fortalecer o movimento.

Em segundo lugar, ela chama a atenção para a importância de relacionar o movimento juvenil e estudantil com os acontecimentos mais gerais do país. A própria criação da UNE tem a ver com uma mudança da estrutura social, econômica e política do país. O Brasil era cada vez menos uma constelação de regiões relativamente separadas e se tornava cada vez mais um país integrado. A história posterior do movimento estudantil mostrará, também, profunda imbricação com a dinâmica histórica geral da nação – e até com a história mundial¹².

Em terceiro lugar, o estudo da história da UNE mostra a relação ambígua dos movimentos sociais – e do movimento estudantil em particular – com o poder estabelecido. Não apenas porque o movimento estudantil seguiu formando os quadros que mais tarde ocuparão os postos dirigentes da nação, representando as mais diversas posições políticas e ideológicas, como porque a aproximação do movimento com o governo variou ao longo do tempo.

Na primeira metade da década de 30 os estudantes mais engajados já lutavam contra a falta de um movimento estudantil nacional e permanente. No entanto, as primeiras ações mais articuladas nesse sentido foram levadas a cabo por grupos mais ligados à esquerda antifascista e encontraram forte resistência policial. Já o Conselho Nacional de Estudantes, ponto de partida da UNE, foi impulsionado, inicialmente, pela Casa do Estudante do Brasil, entidade simpática ao poder público. Este fato facilitou a organização do movimento, até que ele adquiriu autonomia em relação à citada Casa do Estudante.

A UNE ganha força e notoriedade quando passa a atuar decididamente na campanha contra o Eixo fascista da Segunda Guerra Mundial e contra a ditadura estadonovista. No entanto, se a postura antifascista era inequívoca, também é certo que o movimento estudantil mantinha canais de comunicação com setores do governo, tendo espaço para negociar. No final do Estado Novo, para

citar um exemplo de situação ambígua, a maioria da UNE se aproximou da União Democrática Nacional (UDN), apoiando a deposição imediata de Getúlio Vargas, mas a parte mais esquerdista do movimento, seguindo o Partido Comunista, aderiu à idéia de “Constituinte com Getúlio”.

A partir de então, a União Nacional dos Estudantes passa a ser presença importante na vida política e social do país. Não por isso deixa de ser verdadeiro que sua participação maior ou menor decorre em grande parte da existência ou não de movimentos sociais mais abrangentes e de questões que efetivamente mobilizem a cidadania em geral e os estudantes em particular. Um exemplo é a campanha “O petróleo é nosso”¹³; outra é o movimento pelas reformas de base da década de 60.

Com a queda do regime democrático, em 1964, os estudantes passam a atuar firmemente contra a ditadura. Além do caráter geral da luta política, existe uma reação contra os planos do novo regime no campo específico da educação. Ademais, os estudantes lutam em defesa de suas entidades representativas, pois foi decretada a ilegalidade da UNE, das Uniões de Estudantes dos Estados e dos Diretórios Acadêmicos.

Parte considerável dos membros mais decididos do movimento estudantil acaba por aderir à luta armada. Entre os membros da esquerda armada que chegaram a ser processados, nada menos que trinta por cento eram estudantes; e cinquenta por cento tinham até 25 anos (apenas 15% tinham mais de 35 anos)¹⁴. Mais uma vez, portanto, a juventude mostrou sua disposição para lutar por ideais que ultrapassem seus interesses imediatos.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹ Obviamente, interesses de grupos específicos podem ser defendidos por todas as pessoas, seja por solidariedade, seja por princípio, seja mesmo por interesse indireto, pois dificilmente alguém deixará de fazer parte de algum grupo minoritário, interessando-lhe, assim, a defesa dos direitos das minorias em geral.

² Por exemplo, os estudantes podem se mobilizar por interesses que são do meio estudantil, composto majoritariamente por jovens, e não da juventude em geral.

³ Naturalmente, o interesse externo explica apenas uma parte da existência de organizações juvenis. Os próprios jovens são agentes decisivos da mobilização.

⁴ As Faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo, fundadas em 1827.

⁵ E muito mais ainda, naturalmente, no período colonial de nossa história.

⁶ O argumento pode ser reforçado por exemplos como o da fundação, em 1852, por um grupo de acadêmicos da Faculdade de Medicina da Bahia, da primeira associação estudantil destinada a alforriar escravos, a Sociedade Dois de Julho. Este caso, e outras informações contidas neste trabalho, foram retirados do livro *O Poder Jovem*, de Arthur José Poerner [Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968].

⁷ Eduardo Gomes não participou da marcha, pois fora preso quando se dirigia para o Sul.

⁸ Mais tarde, do Partido Comunista Brasileiro.

⁹ Ficou conhecido como o “Vice-rei do Norte”.

¹⁰ A maior parte das informações sobre o tenentismo foram retiradas do Dicionário Histórico-Geográfico Brasileiro (1830-1983), da Fundação Getúlio Vargas, e do livro A Coluna Prestes, de Anita L. Prestes [São Paulo, Editora Brasiliense, 1990].

¹¹ O 1º Congresso Nacional de Estudantes, instalado em 11 de agosto de 1937, na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, dá início a um processo, que não mais se interrompeu, de reuniões regulares e de esforços para a organização dos estudantes, tendo por um dos momentos mais importantes a aprovação, em 22 de dezembro de 1938, do Estatuto da União Nacional dos Estudantes.

¹² O historiador Eric Hobsbawm, no livro Era dos Extremos [São Paulo, Companhia das Letras, 1995], chama a atenção para o processo mundial de incremento da população estudantil, que foi uma das bases materiais para a importância dos movimentos de estudantes no mundo contemporâneo: “Antes da Segunda Guerra Mundial, mesmo a Alemanha, França e Grã-Bretanha, três dos maiores países, mais desenvolvidos e afluentes, com uma população total de 150 milhões, não tinham juntos mais que aproximadamente 150 mil universitários, um décimo de 1% de suas populações somadas”.

¹³ Segundo Arthur Poerner, no caso da campanha do petróleo houve resistência do comando da UNE a uma participação mais ativa; os estudantes, contudo, foram para as ruas e praticamente obrigaram a entidade a tomar posição.

¹⁴ Dados colhidos no livro O Fantasma da Revolução Brasileira, de Marcelo Ridenti [São Paulo, Editora UNESP, 1993].